

Conexões Rio de Janeiro – Cairo: possibilidades analíticas acerca das relações Brasil e Egito a partir da imprensa escrita (1950 – 1954)¹

Rio de Janeiro – Cairo connections: analytics possibilities concerning Brazil and Egypt relations since written press (1950-1954)



SANTOS, Mateus José da Silva*

RESUMO: No presente artigo, buscaremos analisar um conjunto de textos noticiosos, encontrados no Jornal *A Tarde*, que abordam questões diplomáticas envolvendo Brasil e Egito durante parte da primeira metade dos anos 1950. Partindo da premissa de que jornalismo, política e história estão intimamente relacionados, elencaremos aqui algumas possibilidades de investigação acerca das relações entre os dois países naquele período, tendo em mente as importantes lacunas existentes na historiografia sobre o assunto. Desde acordos envolvendo as ocupações dos assentos temporários no Conselho de Segurança, passando pela troca de Honrarias entre seus chefes de Estado (Rei Farouk I e Getúlio Vargas) e chegando à viagem de Jânio Quadros ao país africano, o noticiário internacional do periódico baiano oferece algumas possibilidades de estudo sobre o período, demonstrando que, mesmo não havendo ainda uma Política Externa orientada para o mundo afro-asiático, algumas questões do relacionamento com o Egito ajudam a compreender as ambiguidades, limitações e possíveis extensões das relações do Brasil fora do eixo América – Europa Ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-Egito; Imprensa; *A Tarde*.

ABSTRACT: In this article we look forward to analyze sets of news found in *A Tarde* newspaper which contains information about diplomatic issues involving Brazil and Egypt during the first half of the 1950s. Considering that journalism, politics and history are intimately connected we will put a few investigative possibilities concerning the relation between the two countries at that time, keeping in mind the important blanks in historiography about this subject. From negotiations involving the temporary seats of the United Nations Security Council, going through the exchange of honorific gestures between chiefs of State (King Farouk I and Getúlio Vargas) and reaching Jânio Quadros' trip to the African country, the international section of the Bahian newspaper provides potential for studies about the period, showing that, even though there was no foreign policy oriented towards the Afro-Asian world, some issues regarding the relationship with Egypt help to understand the ambiguities, limitations and possible extensions of Brazil's relations outside the America - Western Europe axis.

KEYWORDS: Brazil-Egypt relations; Press; *A Tarde* Newspaper.

Recebido em: 22/07/2019
Aprovado em: 09/10/2019

¹ Este trabalho é fruto da intersecção de duas pesquisas na área de História da África e História das Relações Internacionais. Por um lado, resultado das investigações realizadas sob o âmbito do projeto *África e Cooperação Brasil-África na Imprensa Bahiana (c.1950-2009)*, de autoria do Prof. Dr. Claudio Furtado e com participação de Ramon Oliveira. Por outro lado, tal texto faz parte das considerações iniciais da pesquisa acerca das relações Brasil-Egito durante o ano de 1956, objeto de análise do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deste autor.

* Graduando em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, estado da Bahia, Brasil. E-mail: mateus_santos29@hotmail.com.

Introdução

Enquanto um importante ator regional,² o Estado egípcio esteve presente ativamente em muitas das questões políticas que permearam o Mundo Árabe, o norte da África e demais regiões em seu entorno. Descolonização, não alinhamento, propostas de integração dos árabes e dos africanos, luta pelo desenvolvimento e o dramático conflito entre palestinos e israelenses fizeram parte das páginas da história daquele país na segunda metade do século XX. Assim, torna-se difícil contar a trajetória política e econômica do planeta em uma “era acontecimental” (HOBSBAWM, 2017) sem ao menos citar uma dessas questões que envolviam direta ou indiretamente os egípcios.

Não estando atrás na história, o Brasil também se colocou enquanto um dos protagonistas não somente em seu entorno, a América do Sul, mas também como um dos principais expoentes do mundo em desenvolvimento. Como o Egito, nosso país esteve envolvido em discussões com relação à ordem econômica e política do globo, reflexo dos diferentes projetos de inserção do país no sistema decisório, tendo como horizonte principal a constituição do “Brasil potência”. Nesse sentido, as trajetórias dos dois países em questão foram marcadas por alguns encontros, fruto da existência de relações diplomáticas formais, mas também pelo fato de possuímos temáticas de interesse comum ou um dos lados estarem envolvidos em questões que ultrapassavam suas fronteiras nacionais.

Diante de tal reconhecimento, nosso objetivo neste presente artigo é levantar algumas questões e possibilidades analíticas acerca das relações entre os dois países durante o início dos anos 50, importante baliza temporal para o entendimento de mudanças significativas nos dois lados, seja em nível interno, seja em nível externo. Partiremos da constatação de que há ainda muitas lacunas acerca das relações entre o governo brasileiro e o Cairo, em especial, nos períodos que antecedem o envio de soldados brasileiros para a missão de observação da ONU em Suez (1957-1967). A maioria da literatura acessada versa de forma mais abrangente acerca das relações entre nosso país e o mundo árabe, especialmente em relação ao posicionamento frente à questão israelo-palestina, mas não sobre o Egito em particular.

Teremos como fonte histórica as edições do periódico baiano *A Tarde* nesse período, no entendimento de que os jornais constituem-se em excelentes ferramentas para a produção da história política (PEIXOTO JÚNIOR, 2003, p. 17).³ Por meio dos textos

² Essa relevância, ainda sob o governo Mubarak, pode ser evidenciada, usando as palavras de Paulo Vinentini (2010), pelo fato de o país “[...] ser um representante natural dos países árabes pela capacidade de mediar muitas divergências entre os ocidentais e os árabes”, além de importante participação na ONU.

³ É perceptível, como aponta este autor, o fato de que História e Imprensa estarem “imbricadas” ou mesmo até se confundirem, ainda mais no exercício do jornalismo político.

noticiosos, quase todos fornecidos pelas grandes agências internacionais e reproduzidos na imprensa local, podemos ver uma série de fatos que nos permitem questionar e historicizar melhor as relações entre dois países de grande relevância como estes em questão.

Relações Brasil-Egito: estado da Arte

As ligações entre Egito e Brasil não se constituíram em objeto de análise privilegiada por parte das pesquisas em história das relações internacionais. A revisão bibliográfica realizada sugere a existência de poucos trabalhos versando especificamente sobre o tema, abordando periodizações distintas. Durante essa primeira fase da pesquisa, foi possível encontrar questões referentes às relações durante o governo Lula, o governo Costa e Silva, a decisão do envio de tropas brasileiras para a Zona do Canal de Suez, a migração de judeus egípcios para o país e algumas questões extremamente interessantes para o final do século XIX e primeira metade do XX.

O Oriente Médio, segundo boa parte da literatura acessada, não se constituiu em espaço de interesses específicos de nosso país até a primeira crise petrolífera (1973) (ALEXANDER et. al., 2016, p. 41). Ainda no século XIX, em pleno Brasil Imperial, alguns gestos e ações começaram a desenhar essa história de relações entre brasileiros e árabes. Em 1858, o governo do Rio de Janeiro assinou o primeiro tratado com o Império Otomano, um acordo de Amizade, Comércio e Navegação. Quase 30 anos depois, os turcos instalaram uma legação diplomática na capital do Brasil.

Ainda naquele mesmo século, as primeiras incursões mais organizadas e significativas de árabes em direção ao Brasil começaram a acontecer. Sendo um dos principais destinos desses imigrantes no continente, juntamente com Argentina e Estados Unidos, os primeiros agrupamentos chegaram ao nosso país em meados dos anos 1880. Dados imigratórios citados por Silva Preiss (2013, p. 33), correspondentes ao período entre 1884 e 1943, indicam que dos mais de 70 mil árabes que vieram para o Brasil, cerca de 643 se declararam egípcios.

Especificamente sobre as relações entre brasileiros e egípcios antes da proclamação da República, verifica-se alguns fatos que chamam bastante atenção. Dom Pedro II era um admirador da cultura e da história egípcia, tendo viajado àquele país em 1871 e 1876, além de ter planejado uma terceira viagem posteriormente, mas que não acabou por se realizar. O monarca de Bragança, alguns anos após, foi homenageado com a construção de uma igreja, edificada em Alexandria. Sob responsabilidade da família Debanné e como parte das estruturas do Consulado Geral do Império do Brasil em

Alexandria, o templo foi construído entre 1868 e 1870, com sua inauguração acontecendo no aniversário de Pedro II, tendo honrarias dignas de um evento diplomático.

Apesar de ter sido um brasileiro a presidir a Assembleia Geral da ONU responsável por deliberar a divisão da Palestina, nosso posicionamento com relação à crise árabe-israelense foi marcado por uma “equidistância” (CASARÕES; VIGEVANI, 2014). Fazendo uso da definição proposta por Gerson Moura (1980, p. 63), em seu estudo sobre a Política Externa Brasileira (PEB) durante a segunda metade dos anos 30 e o início dos anos 40, especialmente em relação aos EUA e a Alemanha Nazista, compreende-se como equidistância uma política de “aproximações alternadas e simultâneas em relação a um e outro centro”, não sendo, portanto, visualizada a partir de uma trajetória retilínea. Dito isso, a existência de colônias sírio-libanesas e judaicas em nosso país (BREDA DOS SANTOS, 2002, p. 268), o cenário de Guerra Fria e as aproximações do país com um Terceiro Mundo em formação foram fundamentais para a adoção de uma postura cautelosa com relação a tal temática.

Um dos inúmeros exemplos da natureza desse posicionamento reside na declaração do embaixador Cyro de Freitas Valle, na abertura da Assembleia Geral da ONU em 1956, ao abordar a crise de Suez. Para aquele, o direito à livre navegação pelo canal, alvo de disputas entre Egito e Inglaterra, não deveria ser argumento para violação da soberania egípcia (CORREA, 2012). Deste modo, prezava-se pela defesa do diálogo para a resolução da contenda, em nome da retórica de segurança mundial.

Para I. Majzoub (2000, p. 61), apesar de as relações entre os dois países terem sido formalizadas a partir do ano de 1924, os acordos mais significativos teriam sido firmados a partir da década de 60. Por essa perspectiva, haveria um limbo de mais de 36 anos entre os dois países. O que ocasionou tal distanciamento? Quais os fatores que levaram a tal aproximação? Como um Estado via o outro durante esse tempo? Essas e outras questões podem permear novas investigações acerca desse período ainda desconhecido por parte da historiografia, além, é claro, das outras lacunas temporais existentes *a posteriori*.

Carla Albala Habif (2015), ao estudar a vida dos judeus no Egito após 1948, demonstra as dificuldades desse grupo social em se manter naquele país, após a contenda árabe-israelense. O processo de desenvolvimento de uma identidade egípcia atrelada fundamentalmente à religião muçulmana, capaz de ultrapassar suas fronteiras nacionais, por meio do pan-arabismo, marginalizou estes indivíduos, retirando-lhes o direito de pertencerem àquela terra. Uma diáspora judaica, envolvendo números superiores a 30 mil pessoas (ROUCHOU, 2001, p. 9), marcou a história egípcia naquele período.

Uma parte destes migrantes encontrou no Brasil um novo lar. Por meio da facilitação de vistos de entrada, centenas de judeus apátridas recomeçaram suas trajetórias, constituindo uma imigração muito singular e pouco estudada em nossa história. Investigando alguns censos do IBGE a partir dos anos 40, René Daniel Decol (2001) proporciona importantes dados acerca da imigração judaica para o país. Com bases nos dados fornecidos por este autor, calcula-se uma variação entre 55 mil e 56 mil judeus no Brasil no ano de 1940, enquanto que, para o ano de 1950, esse número cresceu, variando quase 70 mil, continuando seu crescimento na mesma década (DECOL, 2001, p. 153). Suas origens foram diversas, desde o caso egípcio, até grupos provenientes do Leste Europeu.

Do ponto de vista espacial, estes imigrantes ocuparam especialmente as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Com relação à primeira, somente atrás do Rio de Janeiro nos números, bairros como o Higienópolis foram um dos principais centros de concentração dos judeus (CHERMONT, 2013), espaço de construção de uma sociabilidade bastante particular.

Em *Egito, um mirante para o Brasil no Oriente Médio: relações bilaterais Brasil-Egito (1967-1969)*, Bruno Amaral (2008) discute os limites e as principais bases no relacionamento entre estes dois países. Em meio ao governo Costa e Silva, mudanças na orientação da política externa brasileira já começavam a ser vistas, processo que iria culminar com a formação do Pragmatismo Responsável e a priorização das relações com o Sul conceitual.⁴ Na busca pela diversificação de seus parceiros econômicos, a documentação diplomática daquele período sugere um olhar que contemplava a relevância do Egito para o cenário internacional, considerado enquanto um país-chave para o estabelecimento de relações mais concretas com o Oriente Médio, tanto em termos de obtenção de matérias-primas, como também com relação a novos mercados consumidores.

Como parte de um movimento de inserção internacional do Brasil, nosso país contribuiu para o fornecimento de soldados na formação da Missão de Observação na Zona do Canal de Suez após o conflito de 1956. Durante 10 anos, soldados brasileiros participaram de uma das primeiras experiências de atuação da Organização das Nações Unidas na tentativa de contenção de conflitos. Suellen Lannes (2009) analisa as possíveis

⁴ Tendo em vista a diversificação dos recursos para o desenvolvimento interno, a reação à crise do petróleo de 1973 e a expansão do comércio exterior brasileiro (SARAIVA; VIGEVANI, 2014, p. 223), o chamado Pragmatismo Responsável foi um conjunto de transformações na Política Externa Brasileira durante o período Geisel. Segundo Dávila (2011, p. 207), as principais mudanças identificadas durante este período foram, dentre outras coisas, o reestabelecimento de relações com a China comunista, uma aproximação maior com os países árabes e apoio ao fim do colonialismo português. Esse novo direcionamento, apesar de ser continuidade de algumas políticas de governos anteriores, culminou com maiores divergências com Washington e o fortalecimento de relações com os Estados africanos.

motivações acerca da decisão brasileira. Interesses econômicos na região, alinhamento com os interesses estadunidenses e maior possibilidade de atuação no cenário mundial foram três hipóteses levantadas pela autora para compreender a posição do Rio de Janeiro. Em sua visão, o engajamento brasileiro pode ser mais bem explicado pelas próprias condições colocadas para a existência da Missão. Sendo uma exigência os militares pertencerem a países neutros, Estados como o Brasil que, apesar de historicamente votarem próximos às potências ocidentais, não estavam envolvidos de forma direta no confronto árabe-israelense, podendo, portanto, exercer um papel significativo nesse arranjo proposto pela ONU.

Tratando das relações Brasil e Egito durante os governos Lula e Dilma como um dos estudos de caso para a constatação de uma maior inserção brasileira no Oriente Médio, Isadora Loreto da Silveira (2015) demonstra como tal movimento fez parte de um tipo de diplomacia designada como “autonomia pela diversificação”.⁵ Por meio de uma tendência reformista ou revisionista da ordem internacional, buscou Brasília neste período aprofundar a tendência universalista em nossa política externa, parte de nossa tradição diplomática. No caso específico do Egito, nosso volume comercial quase que quadruplicou durante os oito anos do governo Lula, o que evidencia nosso maior interesse nessas relações. Uma evidência dessa aproximação pode ser vista na quantidade de viagens que Celso Amorim, chanceler à época do presidente petista, realizou ao Egito: um total de sete incursões (LORETO DA SILVEIRA, 2015, p. 36).

Apesar de limitada, a literatura sobre as relações Brasil – Egito nos permite compreender como os dois países mantiveram laços em diferentes momentos da história, ainda que possuíssem interesses distintos e prioridades em outros espaços do globo. Os anos 50, período do qual enfatizamos nossa problematização, ainda são cheios de incógnitas, o que nos leva ainda mais a buscar compreender a intensidade e a forma como se reconheciam no sistema internacional.

Foi notícia: as relações Brasil e Egito em *A Tarde*

Atrelado a uma lógica industrial de produção, o periódico baiano *A Tarde* veiculou alguns textos em suas edições que possibilitam levantarmos algumas questões e hipóteses sobre as relações Brasil – Egito. Fundado em 1912 por Ernesto Simões Filho, aquele que era considerado um dos jornais mais modernos no início de sua trajetória

⁵ Partindo da perspectiva de Tullo Vigevani e Mirian Gomes Saraiva (2014), a autonomia pela diversificação pode ser compreendida pelo esforço do Brasil, sob uma perspectiva ainda mais universalista que os demais governos, em diversificar suas relações, por meio da Cooperação Sul-Sul, pela defesa de reformas na ordem internacional, maior liberdade de ação com relação aos Estados Unidos e apoio ao multilateralismo.

(SPANNENBERG, 2006, p. 06-07), ficou conhecido também por ser um espaço de difusão de ideias liberais, de uma tendência americanista, mas também de valores de natureza aristocrática (MOREIRA, 2010, p. 17). Enquanto um dos representantes da chamada “grande imprensa baiana”,⁶ o setor internacional do periódico era abastecido por meio de um conjunto de textos fornecidos pelas agências internacionais de notícias, neste caso, sobretudo, pela *Associated Press*, uma das quatro maiores neste ramo (AGUIAR, 2009, p. 12).

Foi por meio desta agência estadunidense que, do ponto de vista da informação, o Egito esteve mais próximo dos leitores baianos. Uma consulta às edições da primeira metade de 1952, por exemplo, permite-nos ter acesso a mais de 200 textos sobre aquele país, seja acerca de questões da política e da economia local, seja também das contendas envolvendo Egito, Inglaterra e Israel. Neste e em outros anos do início da década de 50, é possível encontrar outros textos que indicam alguns dos movimentos existentes nas relações entre Rio de Janeiro e Cairo, assim como nos permitem apelar para a realização de novas investigações acerca do passado diplomático desses dois países. Antes, porém, é preciso tentar compreender brevemente as questões que permeavam estes países naquele período, assim como as características gerais de suas diplomacias.

Brasil: polarização e busca pelo desenvolvimento

Uma das questões mais caras que permearam a política brasileira nos anos 50 foi, sem dúvida alguma, a discussão acerca do desenvolvimento nacional. Comumente conhecido como o embate entre “nacionalistas” e “entreguistas”, as elites de nosso país divergiam acerca do caminho a seguir para a conquista de tal objetivo. O primeiro grupo, possuidor de nomes como o de Celso Furtado, defendia maior autonomia na agenda diplomática brasileira, especialmente em relação aos Estados Unidos, para a execução do projeto de industrialização e ainda “alguma perspectiva de reforma social”. Seus opositores, o segundo grupo, tendo como um dos principais nomes o economista Eugênio Godin optavam por um alinhamento ainda mais forte com os Estados Unidos e por uma parceria cada vez maior com o capital privado e as multinacionais (VIZENTINI, 2003, p. 13).

Eleito presidente em 1950, Getúlio Vargas buscou dar segmento ao projeto de industrialização do país impulsionado durante sua primeira administração. Para tal, seu foco foi buscar articular acordos com os Estados Unidos, de maneira semelhante ao que

⁶ Compreende-se “grande imprensa” a partir da proposição de Aragão dos Santos (1985, p. 05) como “[...] empresa jornalística, indústria que mercantiliza a informação, vende a notícia, tem como base de sustentação a publicidade e veicula a ideologia da classe dominante”.

aconteciam em relação à Europa e ao Japão. O contexto de Guerra Fria, em especial ao movimento de reconstrução do mundo capitalista e a extensão do conflito para além das fronteiras europeias, orientou certo desinteresse dos EUA em intensificarem auxílios com a América Latina, e conseqüentemente com o Brasil (RICUPERO, 2017). Apesar do Acordo Militar (1952)⁷ e da atuação da Comissão Mista Brasil – EUA,⁸ os objetivos governamentais não foram atingidos, o que fez o país buscar alternativas para a continuidade de seu projeto. Medidas de proteção aos recursos nacionais, como a campanha do Petróleo e a criação do BNDE geraram ainda mais atritos com os EUA e as elites que divergiam de tal caminho.

O suicídio de Getúlio Vargas intensificou uma crise política no país, acentuando ainda mais o debate acerca de sua política interna e a natureza de seu desenvolvimento. Durante ainda os governos que antecederam Juscelino Kubitschek, a instrução número 113 da SUMOC foi uma medida essencial para a postura do país frente ao capital estrangeiro (RICUPERO, 2017, p. 393-394).⁹

Do ponto de vista da história da Política Externa Brasileira, autores como Tullo Vigevani e Miriam Gomes Saraiva enxergam uma construção processual do movimento de construção de uma perspectiva universal e mais autônoma em relação aos EUA. Desta maneira, as bases da chamada Política Externa Independente estariam lançadas durante o período dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek,¹⁰ ainda que, em determinados assuntos como o colonialismo, a postura predominante ainda fosse ambígua (PINHEIRO, 1989).¹¹ O reconhecimento dessa continuidade ao longo dos anos 50

⁷ O chamado Acordo Militar, assinado em março de 1952, estabelecia uma cooperação entre Brasil e Estados Unidos nessa área, por meio da disponibilidade de armas para fornecimento e venda, “intercâmbio de oficiais, cursos e treinamento” (RICUPERO, 2017, p. 383). Essa medida foi criticada pelos setores mais nacionalistas das forças armadas, por interpretarem que seria uma expressão de dependência do Brasil em relação a Washington, tendo em vista que, uma das condições colocadas era de que, em caso de agressão externa, caberiam aos estadunidenses uma posição mais proeminente na organização do efetivo militar brasileiro, além de ter acesso facilitado às matérias primas estratégicas (SALOMÃO, 2010, p. 45)

⁸ Uma das principais marcas da relação Brasil-EUA neste período, a Comissão Mista foi criada ainda no final do governo Dutra, tendo como alguns de seus objetivos a formulação de projetos em áreas como “transporte, energia e distribuição”, questões caras ao projeto de industrialização brasileiro, assim como captar recursos estadunidenses e do Banco Mundial (MONIZ BANDEIRA, 2011, p. 46).

⁹ Elaborada durante a gestão do Ministro Eugênio Godin, a Instrução de nº113 autorizava a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil a disponibilizar meios para a importação de máquinas e equipamentos, num movimento que instituiu certo privilégio para o capital estrangeiro (SILVA, 2005, p. 275), com possibilidades de sua penetração a partir de parcerias com a produção nacional. Para Moniz Bandeira (1978), a manutenção dessa medida contribuiu para a desnacionalização, além de prejudicar o crescimento da indústria nacional de bens de produção.

¹⁰ Não é objetivo desse artigo se dedicar a analisar o que foi a Política Externa Independente e suas implicações para as relações Brasil – Egito. Contudo, a partir do que foi colocado, cumpre destacar que os seus princípios básicos foram “[...] ampliação do mercado interno, formulação autônoma dos planos de desenvolvimento, manutenção da paz com coexistência pacífica, desarmamento geral e progressivo, não intervenção em assuntos internos de outros países, autodeterminação dos povos, respeito ao direito internacional e apoio à emancipação dos territórios não autônomos” (SARAIVA; VIGEVANI, 2014, p. 221).

¹¹ A relação do Brasil com a questão colonial exige cautela. Apesar de, do ponto de vista do discurso, defender a soberania dos povos e a mediação pacífica dos conflitos, o país manteve apoio ao colonialismo

e primeira metade dos anos 60 é bastante significativo, pois denota a relevância de estudarmos a maneira como o Brasil se relacionava com países do eixo Ásio-Africano, como o caso do Egito, não somente nos anos 60, mas ainda quando este movimento de expansão dos parceiros políticos e econômicos se iniciou.

Egito: um conjunto de contendas

Se os anos 50 foram de fundamental importância na trajetória do Brasil, no caso egípcio tal baliza também possui um peso significativo. Em 23 de julho de 1952, uma revolução de natureza antiliberal,¹² antimonárquica e antibritânica (DEMANT, 2004) colocaram os militares no poder daquele país, derrubando a dinastia Ali.¹³ Independente juridicamente em relação à Inglaterra em 1922, a soberania egípcia foi muito limitada (CASTRO, 2014). A formação de uma monarquia constitucional autoritária se deu a partir de negociação com Londres,¹⁴ salvaguardando os interesses dos britânicos naquele país, manifesto especialmente no controle do Canal de Suez, mas também em relação ao Sudão e aos interesses privados.

Um nacionalismo egípcio em finais da década de 40 e início dos anos 50 marcou a história política deste país. Para além da reivindicação da saída das tropas inglesas do canal, a questão árabe-israelense movimentou a sociedade egípcia. O processo de formação do Estado de Israel e a guerra de 1948 abalaram as estruturas do país africano, tanto por conta da dualidade política dos ingleses nessa questão,¹⁵ mas também com

português pelo menos até os anos 70. No tocante aos processos de independência do final da década de 50, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2002, p. 300-301) pontuam que não houve uma grande atenção por parte do governo Kubitschek. Assim, discordamos de Celso Lafer, ao afirmar que o Brasil iniciou, perante a ONU, uma posição contrária ao colonialismo a partir de 1953, tendo “maior precisão” em 1960 (LAFER, 2014, p. 40). As contradições entre um discurso em favor da autodeterminação dos povos e a preocupação com a segurança mundial, assim como a aliança com os portugueses eram alguns dos pontos que podem ser encarados como barreiras ao posicionamento brasileiro frente aos movimentos de emancipação. José Sombra Saraiva, ao evidenciar as ambiguidades da posição brasileira, afirma que uma observação em relação ao voto brasileiro nas Nações Unidas sobre essa questão nos leva a concluir que o país votou em muito menor medida em favor da descolonização e de questões que poderiam trazer atritos nas relações com as potências coloniais (SOMBRA SARAIVA, 1993, p. 27).

¹² Ivan Hrbek (2010) também é partidário do conceito de revolução para designar a ação do Movimento dos Oficiais Livres em 1952. Diz o mesmo autor que este processo histórico foi incompreendido em diferentes partes do mundo, inclusive no próprio Egito. A reforma agrária ainda de 1952 foi um ato importante para que se percebesse, por exemplo, a natureza “antifeudal” do grupo dirigente, assim como se concebesse como um movimento revolucionário (HRBEK, 2010, p. 172-173).

¹³ Chama-se de dinastia Ali o período de quase 150 anos em que o Egito foi governado por Muhammad Ali e seus descendentes. Este primeiro, apesar de oficialmente ocupar o cargo de Vice-Rei, submisso à Porta, organizou um processo de construção de outra força política no Mundo Árabe (ABDEL MALEK, 2010), além de ter iniciado importantes reformas no sentido da modernização do país (WALLERSTEIN, 2010, p. 34).

¹⁴ A natureza autoritária da monarquia egípcia pode ser evidenciada a partir do dispositivo constitucional que atribuía ao rei a possibilidade de dissolução do gabinete, escolher e nomear o primeiro-ministro (IBRAHIM, 2010, p. 683).

¹⁵ A posição dos ingleses com relação à questão árabe-israelense, se olhada a partir do pós I Guerra Mundial, apresenta algumas controvérsias. A chamada Declaração de Balfour (1917) foi interpretada como

relação ao próprio governo do Cairo, alvo de acusações acerca da sua postura em relação ao conflito, especialmente pela chamada Crise dos Armamentos.¹⁶

Inicialmente sob o comando de Naguib no Conselho Nacional da Revolução, promoveu o Egito a instauração da República, o início da reforma agrária e novas questões no tocante ao desenvolvimento do país. Seu envolvimento com a Irmandade Muçulmana, somado às demais divergências com Abdel Nasser (HRBEK, 2010, p. 172-173), levaram à deposição daquele e à subida do Coronel ao poder, primeiramente como Primeiro-Ministro e depois enquanto Presidente. Sob o comando de Nasser, a noção de dupla revolução buscou ser concretizada, no entendimento de que havia uma revolução social ainda por se realizar (ZANATTA, 2012, p. 29).

Em nível interno, houve a busca de melhorias na infraestrutura do país, evidenciada pelo grandioso projeto da Barragem de Assuã, tendo como principal objetivo, “[...] aumentar as superfícies cultivadas e garantir o fornecimento da energia necessária à industrialização, na esperança de resolver os problemas impostos pelo crescimento populacional do país” (HRBEK, 2010, p. 174). Este empreendimento, em princípio, seria financiado pelo capital internacional, especialmente britânico, estadunidense e também do Banco Mundial. Contudo, a aproximação do Cairo aos regimes socialistas, tendo como caso paradigmático a compra de armamento junto à Tchecoslováquia, levou o ocidente a reconsiderar a ajuda financeira.

Externamente, o Egito Nasserista esteve à frente dos esforços pela remodelação da ordem mundial, sendo protagonista nas discussões que levariam à formação do Terceiro Mundo. Descolonização, luta contra o imperialismo, não alinhamento e o pan-arabismo foram algumas das principais características estruturais da política externa sob o comando do coronel.¹⁷

Entre a luta anticolonial, a definição de sua própria identidade e na condição de protagonista regional, o Egito de Nasser continuou a possuir uma dinâmica política muito significativa, capaz de chamar atenção dos olhos do mundo para o Cairo, tanto da

um apoio inglês à migração de judeus para a região da Palestina e um aceno para a construção de um Estado (GRINBERG, 2005, p. 104). Contudo, por outro lado, Londres possuía forte interesse na região, tendo articulado sua divisão por áreas de influência com os franceses, além de, no contexto da Segunda Guerra Mundial, solicitar apoio dos Estados independentes e das elites locais em prol da causa dos Aliados.¹⁶ Escândalo envolvendo o fornecimento de armamento danificado para os soldados egípcios durante a guerra de 1948 (SALGADO NETO, 2012, p. 89).

¹⁷ O Não-Alinhamento foi uma postura político-diplomática de Estados recém-independentes, pertencentes ao grupo afro-asiático ou divergentes da linha de Moscou e Washington quanto às possibilidades de atuação no sistema internacional. Discurso fortalecido por líderes como Al-Nasser, Nehru, Sukarno e Tito, tais governos defendiam uma autonomia com relação à ordem bipolar, recusando-se a aderir sistematicamente aos polos em disputa sob o âmbito da Guerra-Fria.

imprensa, como também de muitos governos.¹⁸ Tais questões não deixavam de estar presentes em jornais como o periódico baiano *A Tarde*, caracterizado por destinar grande espaço para às questões internacionais.

O noticiário de *A Tarde* e novas possibilidades analíticas

Dentre o conjunto de textos veiculados pelo jornal *A Tarde* sobre o Egito, alguns chamam atenção por trazerem determinados elementos para a inquietação sobre as relações de nosso país com o Estado africano. Longe de querer aqui chegar a conclusões sobre o tema, tais notícias sugerem algumas possibilidades de investigação sobre as relações, partindo do entendimento de que, ao estarem num dos jornais mais importantes em circulação no Brasil naquele período, constituem-se em questões com algum grau de relevância. Não se trata de atribuir um grau extremamente elevado às relações entre os dois países, a ponto de comparar-se, por exemplo, com Portugal ou com os Estados Unidos, mas de se questionar qual era efetivamente o grau de aproximação entre Cairo e Rio de Janeiro, num contexto de relacionamento gradual do Brasil com a África (SARAIVA, 1996), sem necessariamente esta ter se tornado uma prioridade em sua agenda.

Conselho de Segurança

Enquanto importantes atores políticos em suas regiões, Brasil e Egito já figuraram algumas vezes como membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Esta importante estrutura no interior das Nações Unidas, parte dos esforços de edificação de novos mecanismos de segurança coletiva nos desdobramentos finais da Segunda Guerra Mundial, foi e ainda é alvo de muitas controvérsias. As assimetrias presentes em sua disposição foram contestadas ao longo da história por diferentes países, no entendimento de que a composição não atende às mudanças no sistema internacional, ocorridas ao longo do século XX e início do XXI.

Renovado bienalmente, as cadeiras temporárias do Conselho de Segurança são alvo de disputas por parte dos Estados-membros, num processo que deve atender a uma divisão de natureza regional (HERTZ; HOFFMAN, 2004, p. 91). Diante disso, articulações entre suas áreas de atuação são fundamentais para os Estados, mas também há uma

¹⁸ O exercício desse protagonismo pode ser evidenciado pelas relações políticas no interior do mundo árabe e sua postura com relação ao resto do mundo. Para Silvia Feraboli (2007, p. 76), o período entre parte das décadas de 50 e 60 pode ser caracterizado como momento de uma hegemonia egípcia com relação aos países de seu entorno, apesar disso não ter confluído para uma união política do mundo árabe e nem tampouco para a superação de sua dependência econômica.

necessidade de ultrapassar fronteiras mais próximas, dialogando com países das mais diferentes regiões do globo em busca de apoio político para a consecução dos objetivos.

É diante disso que, em 1950, segundo *A Tarde*, Egito e Brasil estiveram em negociação por conta da nova composição do Conselho de Segurança. De acordo com um conjunto de textos, era de interesse do governo do Cairo que o Brasil apoiasse a candidatura libanesa, em contrapartida do apoio daquele ao novo pleito de nosso país (OS ESTADOS, 1950, p. 1). De forma muito pragmática, os acordos envolviam a votação referente à cadeira do Oriente Médio e a uma das vagas destinadas à América Latina.

Como grande adversário do Líbano, a Turquia despontou como outra possibilidade para ocupação da vaga que antes pertencia ao Egito no Conselho de Segurança. Um apoio importante para as aspirações de Ankara foi noticiado pelo jornal: “Segundo declaração feita pelo embaixador Jefferson Caffery, os Estados Unidos apoiarão a candidatura da Turquia ao Conselho de Segurança, na vaga deixada pelo Egito [...] São candidatos também, o Líbano e a Turquia.” (UMA VAGA, 1950, p. 8).

Liderança no mundo capitalista, membro permanente do Conselho de Segurança, o apoio estadunidense aos turcos, sem dúvida nenhuma, consistia num peso muito importante para sua candidatura. Tal movimento não traz nenhuma surpresa, tendo em vista que Turquia e Estados Unidos possuíam importantes ligações, sendo aquele Estado um dos mais próximos de Washington na região, o que pode ser evidenciado nos esforços pela construção de uma Aliança Militar envolvendo alguns Estados do Mediterrâneo.¹⁹

Apesar de todo o processo de negociação com o Egito, preferiu o Brasil aderir à candidatura turca. Assim, o novo mandato temporário no Conselho de Segurança teria, dentre outros membros, Brasil e Turquia. Tal posicionamento teve repercussões nas imediatas relações com aquele país africano, evidenciadas pelo recuo egípcio em assinar um tratado com o governo do Rio de Janeiro:

Anuncia-se que o Egito resolveu não mais assinar o acordo cultural com o Brasil [...] Segundo se acredita, essa decisão foi motivada pelo fato de ter o Brasil votado em favor da Turquia para o Conselho de Segurança da ONU. Esse lugar era disputado pelo Líbano [...] Revela-se que o acordo cultural entre o Egito e o Brasil já se achava com a redação pronta, faltando apenas, a assinatura dos representantes dos 2 países. (O EGITO, 1950, p. 1).

¹⁹ Era de interesse dos Estados Unidos formar uma espécie de Aliança Militar de defesa do Mediterrâneo, contando com o apoio de Estados como Turquia, Grécia e o próprio Egito. Porém, como pontua Rodriguez Mellado e Montero Martín (1950, p. 139), houve resistência do governo egípcio ainda no período monárquico.

Divergências no interior de um espaço multilateral trouxeram importantes consequências para as relações entre os dois países em questão naquele momento histórico. A adoção da candidatura turca, apoiada pelos EUA, é muito significativa, na medida em que pode ser vista como mais uma evidência da tendência da diplomacia brasileira em seguir as grandes potências nas votações da ONU, ou ainda, possuir uma leitura pautada num americanismo.²⁰ Essa característica, ainda que muito complexa no interior das mudanças políticas de nosso país e mesmo do cenário mundial, vigoraria ainda durante pelo menos até o final dos anos 1950, também fruto de um intenso debate sobre o lugar ocupado pelo Brasil no sistema internacional e suas possibilidades de se tornar um ator de grande relevância.

Troca de Honrarias

Entre os anos de 1951 e 1952, um processo de troca de honrarias entre os chefes de Estado brasileiro e egípcio foi uma das grandes marcas do noticiário relativo às relações entre esses dois países. De um lado, Farouk foi homenageado com a ordem do Cruzeiro do Sul. Por outro, Getúlio Vargas recebeu a ordem Mohammed Ali (CONFERIDO, 1952, p. 1). Especialmente no segundo caso, mais do que o recebimento, chamou-nos atenção o segmento do processo.

Egito e Sudão possuíam uma ligação histórica. Como não se lembrar, por exemplo, da íntima e, por vezes, conflituosa relação entre a civilização faraônica e a Núbia?²¹ Tais relações ultrapassaram milênios. No processo de conformação do nacionalismo egípcio, baseado nesse passado, mas também pelo reconhecimento de uma proximidade identitária, processos de integração do Sudão ao Egito surgiram na pauta política dos intelectuais egípcios, muitas vezes com uma perspectiva civilizadora (PAIVA, 2019). Este processo foi incorporado por parte das elites políticas, inclusive pelo governo do Cairo, desejoso, desde a sua independência, de negociar a concessão do vizinho por parte de Londres.

A questão sudanesa era um dos elementos constituidores da chamada crise anglo-egípcia. Apesar da centralidade da discussão residir na questão do Canal de Suez, a

²⁰ De acordo com Vigevani e Saraiva (2014), o americanismo enxerga na relação íntima com os EUA a maneira como melhor se inserir no interior do sistema internacional, assim como de dotar recursos para o país. Alguns autores, como o caso de Moniz Bandeira (2011, p. 42), afirmam que, também conhecido como o paradigma Rio-Branco, esta linha de pensamento, em suas origens, não deixava de pontuar a manutenção da autonomia do país em relação à sua política externa, ainda que o alinhamento com Washington fosse prioridade.

²¹ As relações entre Egito e Núbia durante a época faraônica é bastante notável. Durante as diversas fases da história, a civilização egípcia e os núbios tiveram uma relação marcada pelas trocas culturais, por uma dinâmica comercial e por muitos conflitos, a exemplo das chamadas expedições punitivas. Ver: (ZAYED; DEVISSE, 2011; LECLANT, 2011).

expansão do Egito ao sul era também parte das reivindicações do governo do Cairo e dos nacionalistas.²² Do lado sudanês, especialmente parte das elites arabizadas eram simpáticas ao projeto de associação ao Egito, sendo essa questão motivo de clivagem entre os partidos políticos.²³

Noticiou-se, em *A Tarde*, o desejo do governo egípcio em ter o apoio do Brasil nessa questão (REI, 1952, p. 1). Para Farouk, era de fundamental importância ser reconhecido enquanto rei “do Egito e do Sudão”, num esforço de legitimar sua causa diante da comunidade internacional e, deste modo, pressionar ainda mais o governo inglês. Recorrendo ao governo do Rio de Janeiro, o mesmo que havia recentemente recebido homenagens, o monarca egípcio demonstrou a dimensão da defesa de seu interesse, levando a questão sudanesa como parte de sua agenda diplomática com nosso país.

Qual o posicionamento do Brasil frente à questão? Uma investigação nesse sentido poderia instigar-nos a pensar qual o nível de relacionamento entre os dois países naquele momento. Atrelando os fatos apresentados, uma narrativa possível, que pode ser transformada em hipótese, consiste em compreender a visita do Ministro do Interior e a entrega de honrarias ao presidente Getúlio Vargas serviu como preparação do caminho para a solicitação de apoio brasileiro numa questão cara para a monarquia egípcia.

Diante da resistência histórica dos ingleses em cederem a administração do Sudão à coroa egípcia, a conquista do reconhecimento internacional desta causa pode ser encarada como uma alternativa para uma negociação sob melhores condições com Londres. O apoio brasileiro, um país então membro temporário do Conselho de Segurança da ONU e detentor de relações formais com o Cairo,²⁴ era assim uma etapa importante neste processo.

²² Em *A Revolução no Mundo Árabe*, Luiz Toledo Machado introduz um conjunto de textos de Gamal Abdel Nasser, versão em português, tratando, em sua visão, as extensões do mundo árabe e trata o Sudão de forma bastante particular: “[...] O mundo árabe compreende, hoje, na extensão dos fatores que configuram a nação, o Egito, a Síria, o Líbano, o Iraque, a Arábia, a Jordânia, o Yemen, a Argélia, o Marrocos, o Kuwait, a Palestina Árabe, a Líbia, a Tunísia e o Sudão, este último cuja região norte é predominantemente muçulmana e que integra o quadro de interesses econômicos e de segurança do Vale do Nilo.” (MACHADO, 1963, p. 44).

²³ Dos partidos sudaneses, o Ashikka levantava a bandeira por uma “estreita união” com os egípcios. Até o governo de Naguib, a possibilidade de unificação era real, tendo em vista a derrubada de um impopular Farouk, as estreitas ligações entre Naguib e o Sudão e a vitória do Partido Nacional Unionista (HRBEK, 2010, p. 173).

²⁴ Ao longo da história, o Brasil participou cerca de dez vezes do Conselho de Segurança da ONU, enquanto membro não-permanente. Foram nos biênios de 1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968, 1988-1989, 1993-1994, 1998-1999, 2004-2005 e 2010-2011 (ZIEMATH, 2016).

Possibilidade de exílio do Rei Farouk

Como parte das agitações que caracterizaram o mundo árabe após o conflito de 1948, a Revolução Egípcia de 1952 efetivamente representou um evento de grande impacto regional, tendo grande abordagem no jornal *A Tarde*. A derrubada de Farouk I não representou somente um abalo ao regime monárquico, mas uma nova fase na luta nacionalista egípcia, tendo em vista que também ruiu um regime liberal frágil, submisso ao interesse inglês e com grandes dificuldades de corresponder às aspirações dos novos agentes políticos do país.

Boletins sobre o caso tomaram conta do periódico baiano. O acompanhamento do processo, as repercussões no Egito, no Oriente Médio, na Inglaterra e nos Estados Unidos, assim como o futuro do monarca egípcio foram temas da cobertura realizada pelo jornal, baseada fundamentalmente a partir da reprodução dos textos da *Associated Press*. O destino de Farouk foi um aspecto extremamente curioso. Obrigado a sair do país, o rei teria de deixar seu filho Fuad II, sucessor da monarquia egípcia, tendo em vista que o movimento empreendido pelos militares não extinguiu o regime de imediato, mas somente em 1953.

Sob o título “No Brasil, o exílio de Farouk?”, um boletim de 29 de julho de 1952 afirmou que existiam rumores acerca da possível vinda do penúltimo monarca da dinastia Ali para o Brasil, na condição de exilado (NO BRASIL, 1952, p. 1). Logo após sua abdicação forçada, Farouk se dirigiu para a ilha de Capri, território italiano, porém ainda sem uma garantia política de sua permanência no país europeu. Seguem-se, a partir daí, um conjunto de rumores sobre seu futuro,²⁵ discussões que acabam também por envolver o Brasil.

Nesse mesmo dia, outro texto curioso destaca aquilo que pode ser entendido como um aspecto motivador para a vinda do rei egípcio para o Brasil. Tratava-se de uma ligação familiar:

A reportagem esteve na legação do Egito, para saber da notícia transmitida do Cairo, de que o rei Farouk vem morar no Brasil. Conforme é do conhecimento público, o rei Farouk abdicou, sábado, em favor do príncipe herdeiro e deixou avante o país no mesmo dia [...] Na legação, o ministro Hussein Bey mostrou-se surpreso, adiantando que nada sabia a respeito da transferência [...] A irmã do

²⁵ Além do interesse político no assunto, a vida pessoal de Farouk sempre foi alvo de muita polêmica e de repercussão nos jornais. Apesar do teor sensacionalista, Martin Meredith (2017, p. 545) tem razão ao afirmar que o monarca egípcio era uma espécie de “playboy”, sempre envolvido em rumores sobre seus casamentos, amantes e questões pessoais. Não custa lembrar que o mesmo subiu ao poder em 1936, com apenas 16 anos.

rei, princesa Fátima é casada com o príncipe D. João de Orleans e Bragança e reside em nosso país. (RESIDE, 1952, p. 1)²⁶.

Casados desde 1949, Fátima e João de Orleans representavam um elo entre a família real egípcia e a antiga família real brasileira. A presença da princesa no país poderia ser um fator atrativo para a mudança do monarca deposto em direção ao Brasil. Além do Brasil, o veículo baiano trouxe textos que também indicaram a possibilidade de exílio na Espanha e nos Estados Unidos. Contudo, Farouk acabaria por ficar mesmo na Itália durante um tempo.

Visita de Jânio Quadros ao Egito

Ex-presidente do Brasil, governador de São Paulo e prefeito da maior cidade do país, Jânio Quadros foi uma das figuras mais controversas da política brasileira. Como se esquecer de seus objetivos de “varrer” a corrupção do país, de promover uma espécie de política de novo tipo com relação ao diálogo com o parlamento ou mesmo suas intervenções em questões da vida comum dos cidadãos, tais como a proibição do uso de biquínis? Polêmicas à parte, foi durante o governo do paulista que se verificou um maior esforço de universalização da política externa brasileira. Por meio da chamada Política Externa Independente (PEI), característica também de seu sucessor João Goulart, o Brasil diversificou sua agenda diplomática pelo mundo, aproximando-se dos Estados recém-independentes asiáticos e africanos, de alguns países socialistas e tomando posições até então inéditas com relação a temáticas sensíveis do ponto de vista geopolítico.

Antes de chegar ao cargo mais alto de nossas estruturas políticas, Jânio Quadros realizou um conjunto de viagens pelo mundo. Em 1954, após ser recebido pelo Papa, o então governador paulista se preparava para uma viagem ao Egito:

Jânio Quadros, governador eleito do Estado de S. Paulo, partiu hoje de Roma, a fim de visitar Nápoles e Capri, antes de embarcar para o Egito [...] Acompanha-o nesta viagem o sr. Olavo Fontoura, industrial de S. Paulo. As duas personalidades que partiram de automóvel para Nápoles retornarão a Roma na manhã de sábado. (O SR. JÂNIO, 1954, p. 1).

O que levou o político brasileiro a visitar o Egito? Como se sabe, o Terceiro-Mundismo foi objeto de muita admiração daquele presidente. Além de ter condecorado Che Guevara com a ordem mais importante de nosso Estado, Quadros era admirador de muitas das principais lideranças do chamado “Não Alinhamento”, inclusive do próprio

²⁶ Há algumas controvérsias acerca da ligação de Fátima com Farouk. Algumas fontes sugerem que eles não seriam irmãos, mas antigos amantes. Fátima Scherriffa Chirine é relacionada como esposa de Hassan Omar Tousson, príncipe de Alexandria e primo do monarca egípcio.

Nasser. É perceptível que o espírito de Bandung e Belgrado influenciaram a concepção do presidente acerca das estruturas políticas mundiais (MENDES, 2017),²⁷ o que reforça a necessidade de investigarmos mais de perto o conteúdo e os efeitos dessa viagem.

Considerações finais

Enquanto dois Estados relevantes para as suas respectivas regiões, Brasil e Egito possuíram histórias entrelaçadas em alguns momentos. Seja na convergência em torno do desenvolvimento, na luta pela descolonização em determinados momentos e nos discursos em prol das mudanças no âmbito do sistema internacional, estes países estiveram presentes em importantes páginas da trajetória mundial da segunda metade do século XX. A partir desse reconhecimento, nada mais justo do que nos questionarmos sobre o nível de relações entre o governo do Cairo e o Rio de Janeiro.

Uma revisão bibliográfica apontou a existência de muitas lacunas acerca dessa temática. Além de abordagens acerca do posicionamento brasileiro com relação ao conflito árabe-israelense, em linhas gerais, encontramos pesquisas que versavam especificamente sobre as relações durante os governos Lula e Costa e Silva. Ainda como parte desse relacionamento, encontramos pesquisas sobre o Batalhão Suez, a migração de judeus egípcios para o Brasil e uma breve consideração mais geral sobre este laço bilateral. A primeira metade dos anos cinquenta ainda é um silêncio na historiografia.

Tendo como uma das principais tarefas a construção de um mundo recortado naquilo que se considera relevante para um público alvo ou consumidor, os jornais são excelentes fontes para o estudo da política internacional, seja no âmbito das representações, seja a partir da contextualização de determinados processos históricos. Ao escolhermos esta fonte história para refletir e analisar as possibilidades de trabalho das relações Brasil – Egito na primeira metade dos anos 50, sem desconsiderar seu grau de ligação com a formação de uma Política Externa além do eixo ocidental, estamos nos debruçando sobre a segunda função.

Ao dar ênfase ao jornalismo internacional, o periódico baiano, atrelado às mais importantes agências de notícias transnacionais, fornecem-nos um conjunto de textos e informações gerais que podem servir de base para a realização de pesquisas em relações internacionais, como essa que estamos a sugerir.

²⁷ A Conferência de Bandung reuniu cerca de 28 representantes afro-asiáticos (22 asiáticos e 6 africanos), entre movimentos de libertação e países independentes. Dentre suas principais deliberações, destacam-se o interesse em torno da cooperação entre as nações dos dois continentes, a crítica ao racismo e ao colonialismo (EDMONDSON, 2010, p. 1015).

Negociações para a eleição dos mandatos no Conselho de Segurança, troca de honrarias entre os chefes de Estado e interesses no posicionamento do Brasil favorável ao Egito na questão sudanesa denotam um reconhecimento mútuo sobre a importância de cada país. Tais episódios, em maior ou menor medida, são evidências de que havia um mínimo de relações entre as duas partes, ainda que não comparáveis com as dinâmicas existentes em relação a outros países.

Pensando especificamente na diplomacia brasileira, a natureza processual da formação daquilo que compreendemos como Política Externa Independente passa também pelo entendimento da posição deste país com relação aos países-chave do futuro Terceiro Mundo. Compreender as relações Brasil – Egito o período aqui destacado, antes de tudo, permite entender qual a dimensão do relacionamento de nosso país fora do eixo Europa, Estados Unidos e América Latina. O “porta voz do mundo árabe” (BEZERRA MENEZES, 2012, p. 218) é uma passagem necessária para os estudos da nossa inserção no sistema internacional a partir dos anos 50.

Referências

ABDEL-MALEK, Anouar. O renascimento do Egito (1805-1881). In: AJAYI, J. F. Ade. (Ed). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p.377-410.

AGUIAR, Pedro. Notas para uma história do jornalismo de agências. In: *ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*. Rede AICar, 7, 2009, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Rede Alfredo de Carvalho 2009. p. 1-15.

HABIF, Carla Albala. *Judeus do Egito: uma comparação da vida judaica no Egito antes e depois de 1948*. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ALEXANDER, Iñigo; BRANCHTEIN, Rafael; DICHUTA, Rodrigo. O posicionamento da Diplomacia Brasileira para o Estado de Israel: da Criação aos Choques do Petróleo. *Perspectiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 40-53, fev./mar. 2016.

AMARAL, Bruno Chaves Calíope Gurgel do. *Egito, um mirante para o Brasil no Oriente Médio: relações bilaterais Brasil-Egito (1967-1969)*. 2008. 49 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2012.

BREDA DOS SANTOS, Norma. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.). *Israel - Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 265-285.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? *História*, São Paulo, v. 33, p. 150-188, jul./dez. 2014.

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. Aberturas, realinhamentos e clivagens: as oportunidades políticas e a expansão da Irmandade Muçulmana no Egito (1936-1949). In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Saberes e Práticas Científicas*, 16, 2014, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2014, p. 1-10.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da UnB, 2002.

CORREA, Luis Felipe de Seixas (Org.); FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011*. 3. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CHERMONT, Lúcia. Migração Judaica na Cidade de São Paulo (1960-1970). In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27, 2013, Natal. Anais. Natal, 2013, p. 1-21. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363641151_ARQUIVO_MigracaojudaicanacidadedeSaoPaulopanais_19pg_.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DECOL, Rene Daniel. Judeus no Brasil: explorando os dados censitários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 46, n. 16, p. 147-160, jun. 2001.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

EDMONDSON, Locksley. “A África e as regiões em vias de desenvolvimento”. In: MAZRUI, Ali. A. & WONDJI, Christophe. (Ed.). *História Geral da África: A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p.1003-1051.

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 63-97. jan./jun. 2007.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste (Org.). *História do Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 99-131.

HERTZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Segurança Coletiva. In: HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro (Orgs.). *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 74-123.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HRBEK, Ivan. A África Setentrional e o Chifre da África. In: MAZRUI, Ali. A. & WONDJI, Christophe. (Ed.). *História Geral da África: A África desde 1935*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p.151-190.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

IBRAHIM, Hassan Ahmed. Política e nacionalismo no nordeste da África, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História Geral da África: A África sob dominação colonial (1880-1935)*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. p.73-99.

LANNES, Suellen Borges de. *O Batalhão Suez e a política externa de JK: Um caso de alinhamento?* 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

LECLANT, Jean. O Império de Kush: Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal. (Ed.). *História Geral da África: a África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 273-295.

LORETO DA SILVEIRA, Isadora. *O Oriente Médio na Política Externa Brasileira desde 2003: relações do Brasil com Irã, Egito e Turquia*. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. *A revolução no mundo árabe*. São Paulo, SP: EDARLLI, 1963.

MAJZOUN, Ismail. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Relações entre o Brasil e o mundo árabe: construção e perspectivas*. Brasília: FUNAG, 2000. p. 55-80.

MENDES, Alberto. Jânio Quadros e as Influências de Bandung. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 29, 2017, Brasília. Anais. Brasília: ANPUH-Brasil, 2017, p. 1-14. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491450138_ARQUIVO_BANDUNGEAINFLUENCIAEMJANIO.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

MEREDITH, Martin. *O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganâncias e desafios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOREIRA, Bruno de Oliveira. *De heróis a tiranos: Jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a Revolução Cubana como representação jornalística (1959-1964)*. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980.

PAIVA, Felipe. Continente negro, habitante mouro: Gamal Abdel Nasser e a identidade africana. *Abe-África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 87-102, out. 2018/mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/article/view/19443/12992>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PEIXOTO JÚNIOR, José Carlos. *A ascensão do nazismo pela ótica do Diário de Notícias da Bahia, 1935-1941: um estudo de caso*. 2003. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

PINHEIRO, Letícia. Brasil, Portugal e a descolonização africana (1946-1960). *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, jan./jul. 1989. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro_vol9.ano5.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

PREISS, José Luiz Silva. *Brasil e Argentina no Oriente – Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria*. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RODRIGUEZ MELLADO, Inocencia; MONTERO MARTIN, Mancel. La tension anglo-egipcia: la evacuación militar británica del Canal de Suez. *Revista de política Internacional*, Logroño, v. 5, n. 4, p.131-140, out./dez. 1950. Disponível: www.cepc.gov.es/publicaciones/revistas/fondo-historico?IDR=13&IDN=1039&IDA=32504. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROUCHOU, Joelle. Entrevistas com judeus do Egito no Rio de Janeiro: uma imigração peculiar *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 24, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande: INTERCOM, 2001, p. 1-14. Disponível em: <http://www.rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/880/1/ROUCHOU%2C%20J.%20-%20Entrevistas%20com%20judeus%20do%20Egito%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SALGADO NETO, Luiz. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). *Cantareira*, Niterói, v. 1, n. 17, p. 87-104, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27895/16303>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SALOMÃO, Fernanda Zeraik Lima Waquim. *A Política Externa do Segundo Governo Vargas*. 2010. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, 2010.

SANTOS, José Welinton Aragão. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação 1985. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1996.

SARAIVA, Miriam Gomes; VIGEVANI, Tullo. Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 216-234.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. Da deterioração dos termos de intercâmbio à consolidação do modelo substitutivo de exportações: a política de comércio exterior

brasileira de 1954 aos nossos dias. In: CERVO, Amado. L; SARAIVA, José. F. Sombra. (Org.). *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005. p. 271-302.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. A Modernização do Jornalismo Baiano: um breve olhar sobre a proposta modernizante do Jornal A Tarde. In: *ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, 4, 2006, São Luís. Anais. São Luís: ALCAR, 2006, p. 1-13. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Nacionalistas x “Entreguistas”: do desenvolvimentismo à política externa independente (1951-1964). VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 2. ed. atual. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 13-37.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; LORETO DA SILVEIRA, Isadora. “Egito: a busca de um papel regional”. *NERINT*, Porto Alegre, 2010, p.01-09.

WALLERSTEIN, Immanuel. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, J. F. Ade. (Ed). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p.27-46.

ZANATTA, Joel. *Em Defesa da Paz: A Crise do Canal e a Participação do Batalhão Suez e seus contingentes gaúchos a serviço da ONU no Oriente Médio (1957-1967)*. 2012. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC, Porto Alegre, 2012.

ZAYED, Abd El Hamid; DEVISSE, Jean. Relações do Egito com o resto da África. In: MOKHTAR, Gamal. (Org). *História Geral da África: A África antiga*. Brasília: UNESCO, 2011, p.97-118.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva. *O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1945-2011)*. Brasília: FUNAG, 2016.

Fontes Jornalísticas

CONFERIDO ao Sr. Getúlio Vargas o colar da ordem de Moohamed Ali. *A Tarde*, Salvador, n. 13626, p. 1, 14 jun. 1952.

NO BRASIL o exílio de Farouk? *A Tarde*, Salvador, ano 40, n. 13662, p. 1, 29 jul. 1952.

O EGITO recusa a assinar um acordo com o Brasil. *A Tarde*, Salvador, n. 13125, p. 1, 09 out. 1950.

O SR JÂNIO Quadros em visita a Nápoles e Capri. *A Tarde*, Salvador, n.13306, p. 1, 25 nov. 1954.

OS ESTADOS árabes votarão pelo Brasil. *A Tarde*, Salvador, n. 13091 p. 1, 28 ago. 1950.

REI do Egito e do Sudão. *A Tarde*, Salvador, n. 13656, p. 1, 22 jul. 1952.

RESIDE no Rio uma irmã do ex-soberano. *A Tarde*, Salvador, ano 40, p. 1, 29 jul. de 1952.

UMA VAGA no Conselho de Segurança. *A Tarde*, Salvador, n. 13114, p. 8, 25 set. 1950.